



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

KÁTIA LUNA DE ALMEIDA

**O PMALFA COMO FERRAMENTA AUXILIAR NO PROCESSO DE
ALFABETIZAÇÃO**

**CAMPINA GRANDE
2019**

KÁTIA LUNA DE ALMEIDA

**O PMALFA COMO FERRAMENTA AUXILIAR NO PROCESSO DE
ALFABETIZAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Artigo) apresentado ao Departamento
do Curso de Licenciatura em Pedagogia
da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do
título de licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha

**CAMPINA GRANDE
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A447p Almeida, Katia Luna de.
O PMALFA como ferramenta auxiliar no processo de alfabetização [manuscrito] / Katia Luna de Almeida. - 2019.
31 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha, Departamento de Educação - CEDUC."
1. Programa Mais Alfabetização (PMALFA). 2. Educação infantil. 3. Processo de alfabetização. 4. Professor alfabetizador. I. Título

21. ed. CDD 372.6

KÁTIA LUNA DE ALMEIDA

O PMALFA COMO FERRAMENTA AUXILIAR NO PROCESSO DE
ALFABETIZAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso
(Artigo) apresentado ao Departamento
do Curso de Licenciatura em Pedagogia
da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do
título de licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 28/11/2019.

BANCA EXAMINADORA

Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha
Prof. Dra. Vagda Gutemberg Rocha (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Francisca Pereira Salvino
Prof. Dra. Francisca Pereira Salvino
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Maria José Guerra
Profa. Dra. Maria José Guerra
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha mãe, pela dedicação,
companheirismo, amor incondicional e
amizade, DEDICO.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL.....	8
2.1	Breve Histórico sobre o processo de Alfabetização no Brasil.....	8
2.2	O Programa Mais Alfabetização.....	13
3	O PMALFA NA ESCOLA.....	19
3.1	A escola campo de pesquisa.....	20
4	O PMALFA NA <i>ESCOLA APRENDER SEGUNDO SEUS ATORES</i>	21
25	CONCLUSÃO.....	27
	REFERÊNCIAS.....	29

O PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO COMO FERRAMENTA AUXILIAR NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

THE 'MORE LITERACY' PROGRAM AS AN AUXILIARY TOOL IN THE LITERACY PROCESS

Kátia Luna de Almeida¹

RESUMO

O presente artigo objetiva compreender como acontece o desenvolvimento do Programa Mais Alfabetização (PMALFA) enquanto política pública voltada ao desenvolvimento e aprimoramento das capacidades de leitura, escrita e matemática dos alunos de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental- Anos Iniciais. Para tanto, trazemos um breve histórico da educação e da alfabetização no Brasil, bem como a apresentação do PMALFA, fazendo uma explanação acerca de seus objetivos, diretrizes, participantes e formas de avaliação. Recorreu-se a autores como Ghiraldelli (2009), Moreira (2013), Mortatti (2000,2006,2010), Soares (2003, 2018), Libâneo (2013), bem como alguns documentos legais relacionados à temática proposta para melhor compreensão do processo de alfabetização. Este trabalho consiste numa pesquisa qualitativa e toma o estudo de caso como método de pesquisa. Com base nos autores estudados, depreende-se que para concluir o processo de alfabetização a criança percorre um caminho de descobertas. Nesse sentido, o estímulo do professor, enfatizando suas capacidades, fornece condições para que a criança evolua. As questões relacionadas à educação são bastante complexas, uma vez que lidam com uma série de variáveis que não estão restritas apenas ao âmbito escolar, logo, torna-se imprescindível que considerando esse contexto, o processo de alfabetização seja prazeroso e estimule o aluno a superar suas limitações, a desenvolver sua autonomia e a elevar o seu conhecimento. Como objetivo específico, esta pesquisa investiga como se deu o desenvolvimento do PMALFA na visão de seus atores (professores alfabetizadores, gestora e coordenadora pedagógica) na *Escola Aprender*, na cidade de Areia/PB. O Programa constitui-se como um projeto de política pública proposto pelo Governo Federal, voltado a reverter os índices negativos dos estudantes na Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Aponta-se limites no processo de formação de professores para o Programa e ainda no tempo do Assistente de Alfabetização em sala de aula. Contudo, ainda assim os professores alfabetizadores e demais participantes da pesquisa o compreendem como um programa que auxilia na promoção da aprendizagem de crianças em salas de alfabetização.

Palavras-chave: Programa Mais Alfabetização. Educação. Alfabetização. Aluno.

ABSTRACT

This academic paper aims to understand how the “Programa Mais Alfabetização (PMALFA)” [More Literacy Program] development’s happens as a public policy

¹ Graduanda do curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba.

focused on the development and improvement of the reading, writing and mathematics skills from the 1st and 2nd grades of Elementary School students. Therefore, we have brought a brief education and literacy history in Brazil, as well as the PMALFA's presentation, explaining about its aims, guidelines, members and assessment ways. We made use of following theorists: Ghiraldelli (20019), Moreira (2013), Mortatti (2002, 2006, 2010), Soares (2003, 2018), Libâneo (2013), as well as some deeds related to the proposed topic to a better understanding of the literacy process. This paper consists in a qualitative research and takes the case study as a research method. Based on the theorists studied, we perceive that in order to finish the literacy process, the child travels a discovery path. In this regard, the teacher's stimulus, emphasizing his/her abilities, provides conditions in order to make the child to evolve. The issues related to the education are considerable complexes, once they deal with a set of variables which are not only restricted to the school environment, therefore, it becomes indispensable that considering this context, the literacy process be pleasurable and stimulates the students to overcome their limitations, to develop their autonomy and to raise their knowledge. As specific aim, this research investigates how the PMALFA's development happened in the actors' point of view (teachers, literacy teachers, manager and educational coordinator) at "*Aprender*" school, in Areia/PB city. The Program constitutes itself as a public policy project proposed by the Federal Government, focusing on reversing the students' negative indices in the "Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA)" [Literacy National Evaluation] from the "Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)" [Basic Education Evaluation System]. Some limits are indicated in the teacher training process to the Program and still in the Literacy Assistant in classroom period. However, literacy teachers and other research's members still understand it as a program which assists in the promotion of children's learning in literacy classrooms.

Keywords: More Education Program. Education. Literacy. Student.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetiva compreender como acontece o desenvolvimento do Programa Mais Alfabetização enquanto política pública voltada ao desenvolvimento e aprimoramento das capacidades de leitura, escrita e matemática dos alunos de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental- Anos Iniciais. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo específico investigar como se deu o desenvolvimento do PMALFA na visão de seus atores (professores alfabetizadores, gestora e coordenadora pedagógica), na *Escola Aprender*, na cidade de Areia/PB. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa de cunho qualitativo, que toma o estudo de caso como método; fez-se ainda uso de questionário enquanto instrumento de coleta de dados, o qual foi composto por 7 (sete) questões direcionadas a pessoas diretamente envolvidas com o desenvolvimento do Programa na *Escola Aprender*.

Isto posto, é importante salientar que estar alfabetizado vai além do ato de codificar e decodificar o código escrito, inclui também o conhecimento de todo o código alfabético, a compreensão do aluno acerca de situações reais do seu cotidiano, seus conhecimentos prévios, bem como se este usufrui de momentos com a leitura fora do âmbito escolar, entre outros. Logo, a metodologia de trabalho utilizada em sala de aula pelo professor exerce um papel fundamental no desenvolvimento desse aluno, devendo propiciar troca de experiências, estímulo à criatividade e à autonomia em um processo contínuo de aprendizagem.

O Brasil passou por inúmeras mudanças no campo educacional até atingir o estágio no qual se encontra atualmente, indo desde o ensino jesuítico, com a catequização dos índios e a educação dos filhos dos colonos, até os considerados novos métodos de alfabetização. Nessa perspectiva, o PMALFA busca por meio da articulação de uma série de diretrizes, que devem acontecer de forma integrada ao projeto pedagógico da escola, prover meios para que o Professor Alfabetizador, com o auxílio do Assistente de Alfabetização em sua sala de aula, possa avançar no que se refere à aprendizagem dos alunos com maiores dificuldades em leitura, escrita e matemática nas turmas do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental - Anos Iniciais . O PMALFA compreende o aluno enquanto ser em desenvolvimento e com ritmos distintos de aprendizagem, logo recomenda um acompanhamento diferenciado para que o processo de alfabetização tenha êxito.

Para o desenvolvimento desse trabalho recorreremos aos escritos de Ghiraldelli (2009), Moreira (2013), Mortartti (2000 2006,2010), Soares (2003,2018), Libâneo (2013), bem como outros autores, e ainda a documentos legais que regem a educação no Brasil.

A motivação em desenvolver esta pesquisa surgiu a partir da experiência como Assistente de Alfabetização do PMALFA na *Escola Aprender*, na qual atuei por seis meses, no ano de 2018, nas turmas do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental I, surgindo o questionamento de como os atores envolvidos naquele processo enxergavam o PMALFA.

Este trabalho encontra-se estruturado da seguinte maneira: no primeiro momento, há um breve histórico sobre a educação no Brasil e os métodos de alfabetização; a seguir, apresenta-se o PMALFA com base em seu manual operacional; posteriormente, delimita-se o campo de estudo e a visão dos atores envolvidos no desenvolvimento do PMALFA, na escola campo de estudo; em

analisa-se os dados coletados a partir de questionários e, por fim, há as considerações finais.

2 O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

2.1 Breve histórico sobre o processo de Alfabetização no Brasil

A alfabetização pode ser compreendida enquanto processo de aquisição das habilidades de leitura e escrita. No entanto, este não é um processo de fácil aprendizagem, de fácil aquisição, haja vista o índice de analfabetismo ainda existente no Brasil. Muitos foram os programas implementados no intuito de erradicar este índice negativo, tanto programas para alfabetização de jovens e adultos, quanto para crianças e, ainda, formação de professores alfabetizadores.

Este trabalho propõe-se a compreender como o Programa Mais Alfabetização acontece enquanto política pública voltada ao desenvolvimento e aprimoramento das capacidades de leitura, escrita e matemática de alunos de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental –Anos Iniciais. Para tanto, percebe-se a necessidade de situar como se deu o processo de alfabetização no país ao longo dos tempos, considerando que o processo de ensino tem passado por diversas modificações, visto a diversidade de métodos existentes, partindo do tradicional ao considerado novo, aos fracassos escolares recorrentes e, também, à formação dos professores.

Considerando que a alfabetização é o processo de aquisição de leitura e escrita enquanto meio de comunicação, a escola regular tem como público principal crianças nas séries iniciais, por tratar-se de um processo que envolve uma gama de aspectos a serem considerados na continuidade da vida escolar, além das habilidades desenvolvidas serem necessárias à vida em sociedade.

Para Soares (2018, p. 23), “na história da alfabetização no Brasil, o principal propulsor das periódicas mudanças de paradigma e de concepção de métodos tem sido o persistente fracasso da escola em levar as crianças ao domínio da língua escrita”. Esse fracasso pode estar associado às dificuldades expostas pela criança em todo esse processo, advindas tanto de sua realidade social quanto das carências no âmbito escolar.

Os estudos sobre a história da alfabetização são recentes por parte dos pesquisadores, uma vez que as publicações existentes estavam relacionadas aos métodos e cartilhas voltadas ao trabalho de alfabetização com adultos e crianças.

Sabe-se que a educação brasileira teve início com a vinda dos Jesuítas para o Brasil, no ano de 1549, iniciando o processo de alfabetização com o padre Manoel da Nóbrega e outros dois padres. Em Salvador, esta ordem religiosa fundou uma escola “de ler e escrever”, responsável pela catequese dos índios, educação dos filhos dos colonos, e pela formação de novos sacerdotes e também da elite intelectual. A partir daí criaram-se escolas elementares, secundárias, seminários e missões espalhadas pelo país.

Por mais de dois séculos (210 anos, aproximadamente) os Jesuítas comandaram a educação no Brasil. Com propósitos religiosos, fundaram diversos colégios e, como eram os únicos colégios na colônia, os filhos da elite também o frequentavam, mesmo se não quisessem seguir a vida religiosa. Conforme Ghiraldelli (2009, p.25-26),

A experiência pedagógica dos jesuítas sintetizou-se em um conjunto de normas e estratégias chamado *Ratio Studiorum* (Ordem dos Estudos). O objetivo dessa Ordem era o de 'formação integral do homem cristão', de acordo com a fé daquele tempo. Esse plano de estudos articulava um curso básico de humanidades com um de filosofia seguido de um de teologia. A formação culminava com uma viagem de finalização de estudos na Europa.

Assim, a Companhia de Jesus – ou Ordem dos Jesuítas – atuava no campo da educação, promovendo além da fé, a moral, as boas maneiras e as técnicas de leitura e escrita, com base no *Ratio Studiorum*, que era o seu método pedagógico, tendo em vista estabelecer entre os participantes das instruções princípios de sua cultura e religião. Os Jesuítas permaneceram em nosso País até o ano de 1759, quando foram expulsos, pelo Marquês de Pombal, então Ministro de Estado de Portugal, em razão da influência política e econômica que exerciam. Segundo Ghiraldelli (2009), Pombal quis adaptar o Brasil às transformações políticas, econômicas e culturais que estavam ocorrendo na Europa, bem como pôr em prática ideias próximas ao Iluminismo, que tinha como princípio a racionalidade, criticando a orientação cristã.

Entende-se que o legado dos Jesuítas para o Brasil somava mais de cem estabelecimentos de ensino, considerando os colégios, as residências, os seminários e as “escolas de ler e escrever” (GHIRALDELLI, 2009). Com a expulsão dos Jesuítas houve uma alteração na educação, em relação ao ensino, visto que surgia então o ensino público a ser mantido pelo Estado e destinado ao povo.

No Brasil, foram extintos os cursos de Humanidades e houve a criação das aulas régias, ou seja, aulas que eram ministradas por professores nomeados pelo governo em um processo precário, o qual dependia muito do comprometimento do professor e do aluno para que se conseguisse um resultado satisfatório. A finalidade era tornar o processo mais rápido e preencher o vazio deixado pelos jesuítas. O professor era quem montava a escola e quando esta estava funcionando o docente solicitava ao governo o pagamento pelo ensino. Vale salientar que o Brasil era um país com uma população majoritariamente analfabeta, portanto, as aulas régias funcionavam como estratégia para suprir uma mão de obra escassa. Pode-se dizer que um professor supervisor orientava seus pupilos que assumiam a regência na sala de aula (SAVIANI, 2002).

Com a vinda da família real para o Brasil em 1808, o ensino passou por novas transformações, para tornar o ambiente o mais próximo do que se tinha em Portugal. Foram criados cursos profissionalizantes nos níveis médio, superior e militar. No Império, o ensino foi organizado em primário com as “escolas de ler e escrever”, secundário com as “aulas régias” e ensino superior.

Após o Império, a precariedade na educação ainda se fazia sentir. Com o fim da primeira guerra mundial e a crescente industrialização viu-se a necessidade de alfabetizar os trabalhadores, visto a constatação de que boa parte da população brasileira era composta por analfabetos. Até os anos de 1920 e 1930 o que se tinha no Brasil era uma grande notoriedade ao enciclopedismo e à tradição pedagógica jesuítica que ainda mantinha-se bem presente. Nos anos 1930, em meio às diversas transformações no âmbito econômico, político, cultural e ideológico, os pioneiros da educação iniciaram reformas envolvendo questões educacionais, movimento que ficou conhecido como Escolanovismo. Segundo Mortartti (2006, p. 2),

Em nosso país, desde o final do século XIX, especialmente com a proclamação da República, a educação ganhou destaque como uma das utopias da modernidade. A escola, por sua vez, consolidou-se como lugar necessariamente institucionalizado para o preparo das novas gerações, com vistas a atender aos ideais do Estado republicano, pautado pela necessidade de instauração de uma nova ordem política e social; e a universalização da escola assumiu importante papel como instrumento de modernização e progresso do Estado-Nação, como principal propulsora do 'esclarecimento das massas iletradas'.

Com a luta do movimento dos escolanovistas em favor de uma educação que contemplasse a todos e que tivesse como aspecto relevante a qualidade, as questões relacionadas à educação passaram a ser tema de discussões, no sentido de pleitear a garantia de investimentos para a educação. Só em 1937, quando é implantado o Estado Novo, é que o ensino torna-se uma obrigação do Estado para com os mais pobres. Ainda conforme Mortatti, (2010, p. 330),

[...] A partir dos anos de 1930, com o processo de unificação, em nível federal, de iniciativas políticas em todas as esferas da vida social, a educação e, em particular, a alfabetização passaram a integrar políticas e ações dos governos estaduais como áreas estratégicas para a promoção e sustentação do desejado desenvolvimento nacional.

Em Minas Gerais, o Escolanovismo destacou-se com Francisco Campos e Mário Casasanta, redirecionando a função da escola como instrumento de reconstrução social, bem como a ideia do ser criança, não mais compreendido adulto em miniatura. Em relação às crianças, buscava-se desenvolver habilidades de agir, criar, decidir e pensar; trabalhando também nos professores a ideia de que o interessante não é apenas a quantidade do que é ensinado e sim a qualidade do conhecimento aprendido pelo aluno.

No Distrito Federal, Fernando de Azevedo se destacou como Diretor Geral da Instrução Pública (1926-1939), a qual era considerada a mais transformadora, para a época, haja vista as metas de uma sociedade moderna e as necessidades do país. Já na Bahia, Anísio Teixeira, enlevado pelos princípios humanistas de Dewey, trouxe para o Brasil a noção de que era preciso usar métodos ativos que ensinassem o aluno a "aprender a aprender", numa escola democrática, cuja perspectiva seria o desenvolvimento integral do sujeito. Anísio Teixeira sucede a Fernando de Azevedo como Diretor Geral da Instrução Pública no Distrito Federal e também assume cargos como Inspetor Geral de Ensino (Bahia/1924), Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal (Rio de Janeiro/1931), Secretário da Educação do Rio de Janeiro (1931), Conselheiro Geral da Unesco (1946), etc.

Estes pensadores, dentre outros como Darcy Ribeiro, Lourenço Filho e Cecília Meireles, foram precursores do Movimento Escola Nova que provocou mudanças consideráveis que causaram uma ruptura com o modelo de escola tradicional ao qual o Brasil estava habituado, ou seja, trouxe inovações ao campo educacional.

Nos anos que se seguiram, há o final da Segunda Guerra Mundial e a necessidade ou o incentivo à industrialização e à qualificação profissional, mais uma vez o processo de escolarização faz-se novamente ser sentida. Sendo assim, o governo brasileiro investe no Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAE), o qual tinha como finalidade formar e capacitar professores, principalmente aqueles do ensino primário.

Mesmo com a formação de professores através do PABAE o índice de analfabetos no país permanece alto, cerca de 40%, considerando a população a partir dos 15 anos de idade; população esta que nunca havia frequentado a escola ou havia evadido.

Nos anos 1960, os militares criaram o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), destinado ao público jovem e adulto, aqui carece o registro de que para crianças, apesar de se constatar o alto índice de retenção e evasão, não temos registros de programas criados para este fim, especificamente.

Estudiosos como Mortatti (2000; 2006; 2010); Soares (2003; 2018); Libâneo (2013) apontam dificuldades no processo de alfabetização no Brasil, posto que os índices de analfabetismo são diagnosticados desde muito cedo, ainda nas séries iniciais, apontados como uma lacuna existente no sistema educacional, enfatizando a dificuldade em se alfabetizar na idade considerada certa.

A alfabetização é essencial para o desenvolvimento do indivíduo na sua fase escolar, quando tal processo não ocorre de modo satisfatório tende a deixar graves sequelas que se arrastam ao longo dos anos escolares, o que explica os índices de analfabetismo e evasão escolar.

Entendemos que a alfabetização, no Brasil, passou por significativas mudanças até chegar ao estágio no qual se encontra, e sempre esteve diretamente ligada aos métodos de alfabetização. Mortatti (2000) propõe a divisão dessa fase da alfabetização em quatro momentos: o primeiro momento (1876 a 1890) se caracteriza pelos métodos sintéticos, da parte para o todo, nesse método existe uma relação entre o som e a grafia das palavras, e o aprendizado ocorre letra a letra, posteriormente trabalha-se com as sílabas e por fim com as palavras, sendo este dividido em: alfabético, fônico e silábico; o segundo momento (1890 a meados dos anos de 1920) é referenciado pela institucionalização do método analítico e utilização das cartilhas, sendo utilizadas pelos professores como recurso no planejamento para a alfabetização; o terceiro momento (meados dos anos de 1920 a final dos anos de 1970), alfabetização sob medida, com as disputas entre defensores dos antigos métodos de alfabetização e os dos novos testes ABC, em que há diferenciação entre os alunos, separando-os de acordo com suas capacidades, os considerados inteligentes eram separados dos que demonstrassem mais dificuldades no processo de aprendizagem; o quarto momento (meados de 1980), desmetodização do ensino, com a inserção no Brasil do pensamento construtivista sobre alfabetização, como uma forma de se combater o fracasso escolar.

Neste quarto momento, ainda conforme Mortatti (2006, p.10),

[...] introduziu-se no Brasil o pensamento construtivista sobre alfabetização, resultante das pesquisas sobre a psicogênese da língua escrita desenvolvidas pela pesquisadora argentina Emília Ferreiro e colaboradores. Deslocando o eixo das discussões dos métodos de ensino para o processo de aprendizagem da criança (sujeito cognoscente), o construtivismo se apresenta não como um método novo, mas como uma “revolução conceitual”, demandando, dentre outros aspectos, abandonarem-se as teorias e práticas tradicionais, desmetodizar-se o processo de alfabetização e se questionar a necessidade das cartilhas.

Na perspectiva de adoção de um novo método, e não de desmetodização, o construtivismo passou a ser incorporado às práticas pedagógicas no Brasil, inclusive recomendado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (BRASIL,

1997), ao considerar as discussões estabelecidas acerca da necessidade de se melhorar a qualidade da educação no país.

Segundo os PCN de Língua Portuguesa (BRASIL, 1997), no início dos anos 1980 passa a circular no País uma série de livros e artigos que mencionavam uma modificação na compreensão do processo de alfabetização, retirando o foco de “como se ensina” e buscando descrever “como se aprende”, para tanto houve uma grande contribuição da Psicogênese da língua escrita, que trata de considerar que a criança constrói diferentes hipóteses a respeito do sistema de escrita antes mesmo de compreender o sistema alfabético. Os estudos acerca da alfabetização, de acordo com este PCN (BRASIL, p. 20)

[...] permitiram compreender que a alfabetização não é um processo baseado em perceber e memorizar, e, para aprender a ler e a escrever, o aluno precisa construir um conhecimento de natureza conceitual: ele precisa compreender não só o que a escrita representa, mas também de que forma ela representa graficamente a linguagem.

Nesse sentido, a alfabetização é disposta como algo que vai sendo construído de maneira gradativa pelo indivíduo e as práticas relacionadas à leitura e à escrita vão contribuindo nesse processo, sendo papel de todos os envolvidos buscar meios para assegurar o aprendizado por parte do aluno, de modo a tornar o processo de alfabetização dinâmico e prazeroso.

As discussões acerca do tradicional e do novo na alfabetização ainda persistem. Buscam-se alternativas frente aos problemas referentes ao fracasso escolar, que abrangem alunos dos primeiros anos do ensino fundamental, ocasionando um déficit de sérias consequências na escola.

Como já dito, há índices de analfabetismo que ainda gozam de destaque, tanto entre crianças que estão nos anos iniciais que apresentam dificuldades em alfabetizar-se, quanto em relação aos jovens e adultos que estão fora da idade escolar e não tem domínio das práticas de leitura e escrita, estes últimos frutos de um processo com falhas que perpetuaram-se. As evidências acerca dessas dificuldades apontam para a necessidade de se rever o modo como os conteúdos estão sendo estudados em sala de aula, de forma a assegurar um aprendizado satisfatório por partes dos alunos.

Antes, era considerado alfabetizado o indivíduo que declarasse saber ler e escrever e com o passar dos anos, esse conceito mudou e passou a ser considerado alfabetizado aquele que consegue fazer uso social da escrita e da leitura, ou seja, envolvendo-as em uma prática.

O papel do professor nesse processo é ímpar, sua relação com os alunos enquanto mediador de todo o processo de aprendizagem tem caráter decisório para a assimilação do conteúdo. De acordo com sua proposta de trabalho, embasado na teoria e fazendo uso de um método eficaz, o professor consegue significativos avanços no campo da alfabetização. No texto “A reinvenção da Alfabetização”, Magda Soares (2003, p. 17) pontua que anteriormente,

[...] Havia um método, mas não uma teoria. Hoje acontece o contrário: todos têm uma bela teoria construtivista da alfabetização, mas não têm método. Se antigamente havia método sem teoria, hoje temos uma teoria sem método. E é preciso ter as duas coisas: um método fundamentado numa teoria e uma teoria que produza um método.

Logo, Soares (2003) propõe a junção entre alfabetização e letramento, pois com a associação dessas duas ferramentas entende-se que o profissional terá subsídios para desenvolver um trabalho que estimule e leve as crianças a desenvolverem e ampliarem suas habilidades no tocante à leitura e à escrita.

Não podemos descurar da importância que a alfabetização e, por sua vez, a educação, exercem na formação de indivíduos críticos, autônomos e aptos a atuarem em um mundo repleto de desafios, no qual tal conhecimento se mostra como essencial.

Na perspectiva dessa discussão, a seguir, discorreremos sobre o Programa Mais Alfabetização enquanto estratégia alternativa no processo de alfabetização de crianças dos 1º e 2º anos do ensino fundamental.

2.2 O Programa Mais Alfabetização

O Programa Mais Alfabetização (PMALFA), criado em 22 de fevereiro de 2018 por meio da Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 142, tem como base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96, que propõe em seu Artigo 32 que o ensino fundamental além de ser obrigatório, iniciando aos 6 anos de idade, tem por objetivo a formação básica do cidadão mediante o desenvolvimento da sua capacidade de aprender, tendo como meios para esse fim o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

O Programa reconhece que a educação deve ser uma preocupação de todos e um dever do estado, conforme disposto na Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu Artigo 205, sendo ampliado também à saúde; evidencia ainda a importância da família que exerce papel significativo no desenvolvimento integral da criança, visto tratar-se de uma das primeiras instituições que esta tem contato ao nascer. Essa parceria família/escola é considerada crucial no processo de ensino e de aprendizagem, pois é base para que a criança possa conhecer e superar os desafios aos quais diariamente é exposta.

O PMALFA surgiu como uma estratégia de monitoramento do MEC, mediante os resultados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), do SAEB, para que os alunos, ao chegarem ao 3º ano e forem submetidos à avaliação, tenham desempenho satisfatório².

Tendo como finalidade a alfabetização em leitura, escrita e matemática dos alunos do 1º ano e do 2º ano do ensino fundamental, por meio de acompanhamento pedagógico específico, prevenção ao abandono, à reprovação, à distorção idade/ano, a partir da intensificação de ações pedagógicas voltadas ao apoio e ao fortalecimento do processo de alfabetização, o PMALFA, como todo programa em educação, preconizava adesão voluntária por parte das escolas, através de estados e municípios.

Para aderir ao Programa, às escolas podem ser classificadas como vulneráveis ou não vulneráveis. Para tal classificação, o MEC utilizou como critérios os escores alcançados pela escola no SAEB e o nível socioeconômico da comunidade atendida pela mesma, conforme classificação do Instituto de Pesquisa Anísio Teixeira (INEP). Assim, foi classificada como vulnerável a escola na qual mais de 50% dos estudantes tenham níveis insatisfatórios nas áreas de leitura, escrita e matemática da ANA, do SAEB, e que assistisse uma comunidade

² Observemos que o processo de monitoramento funcionou como estratégia de reforço escolar no processo de alfabetização.

com nível socioeconômico muito baixo, baixo, médio baixo e médio, segundo o INEP. Aquelas que não se enquadrarem em tais critérios são classificadas como não vulneráveis.

A adesão da instituição escolar ao PMALFA ocorre de forma voluntária por meio da assinatura de termo de compromisso de forma conjunta, no caso da rede estadual e distrital, pelo governador do estado e secretário de educação, e no caso da rede municipal, pelo prefeito e secretário municipal de educação. Conforme diretrizes do Programa, (BRASIL 2018a, p. 7):

Além da assinatura do termo de compromisso, que deverá ser inserido na plataforma de monitoramento do Programa, o Secretário de Educação deverá realizar a adesão ao Programa no módulo Plano de Ações Articuladas - PAR do Sistema Integrado de Monitoramento e Controle - SIMEC do Ministério da Educação, indicando as unidades escolares que poderão participar do Programa. Destaque-se que a transferência de recursos ocorrerá apenas às Unidades Executoras - UEx representativas das unidades escolares indicadas pelas secretarias de educação que confirmarem sua adesão no Sistema PDDE Interativo.

O PMALFA, conforme disposto no Manual Operacional do Sistema de Orientação Pedagógica (BRASIL, 2018a, p.5), possui como diretrizes:

- I - fortalecer o processo de alfabetização dos anos iniciais do ensino fundamental, por meio do atendimento às turmas de 1º ano e de 2º ano;
- II - promover a integração dos processos de alfabetização das unidades escolares com a política educacional da rede de ensino;
- III - integrar as atividades ao Projeto Político Pedagógico - PPP da rede e das unidades escolares;
- IV - viabilizar atendimento diferenciado às unidades escolares vulneráveis;
- V - estipular metas do Programa entre o MEC, os entes federados e as unidades escolares participantes, no que se refere à alfabetização das crianças do 1º ano e do 2º ano do ensino fundamental, considerando o disposto na BNCC;
- VI - assegurar o monitoramento e a avaliação periódica da execução e dos resultados do Programa;
- VII - promover o acompanhamento sistemático pelas redes de ensino e gestão escolar, da progressão da aprendizagem dos estudantes regularmente matriculados no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental;
- VIII - estimular a cooperação entre União, estados, Distrito Federal e municípios;
- IX - fortalecer a gestão pedagógica e administrativa das redes estaduais, distrital e municipais de educação e de suas unidades escolares jurisdicionadas; e
- X - avaliar o impacto do Programa na aprendizagem dos estudantes, com o objetivo de gerar evidências para seu aperfeiçoamento.

Essas diretrizes são voltadas à alfabetização de crianças até o 2º ano do ensino fundamental, com a ressalva de que as ações do PMALFA devem acontecer integradas ao projeto pedagógico da escola, requerendo, portanto, ações coordenadas de todos os envolvidos no Programa, tais como: o professor alfabetizador, o assistente de alfabetização, o gestor da escola, o Coordenador da rede Estadual ou Municipal do PMALFA e, inclusive o secretário de educação no sentido de oferecer o suporte necessário ao desenvolvimento almejado.

Para atender a tais metas o PMALFA aponta uma série de descritores a serem acompanhados e desenvolvidos pelo professor alfabetizador com o auxílio

do Assistente de Alfabetização, em cada área de conhecimento, Língua Portuguesa e Matemática, para que ao término do programa, os alunos possam ter alcançado um nível de desenvolvimento considerado satisfatório em leitura, escrita e cálculo. Nesse sentido o programa fará uso de avaliações periódicas, visando acompanhar os níveis de desenvolvimento dos estudantes.

Os testes propostos para avaliar os estudantes têm como objetivo oferecer às unidades escolares as condições para realizarem um diagnóstico acurado das habilidades básicas e essenciais que devem ser desenvolvidas pelos estudantes ao longo do ensino fundamental [...] (BRASIL 2018a, p. 15).

A aplicação dos testes propostos e a consequente apuração de seus resultados visa ações direcionadas ao Professor Alfabetizador e ao Assistente de Alfabetização como perspectiva de auxiliar os alunos a superarem as dificuldades de aprendizagem detectadas.

Os referidos testes acontecem no decorrer do período letivo a partir da seguinte sistemática: avaliação diagnóstica ou de entrada; avaliação formativa de processo e avaliação formativa de saída, sendo estas, aplicadas para verificar o nível de conhecimento, bem como identificar os avanços e dificuldades dos estudantes. Como já mencionado, tais testes funcionam como ferramentas cujo objetivo é verificar o nível de progresso dos alunos, bem como possibilitar ao professor a busca de estratégias adequadas na superação das dificuldades detectadas.

Nos testes são consideradas as habilidades compreendidas como básicas e essenciais em Língua Portuguesa e em Matemática, próprias da alfabetização. A avaliação diagnóstica tem como função apreciar o nível de alfabetização dos alunos no início do PMALFA. A avaliação formativa de processo, evidencia o avanço que as crianças puderam desenvolver ao longo da execução do programa e a avaliação formativa de saída deverá ser aplicada após o término do PMALFA. Os dois últimos testes também são utilizados para avaliar o desempenho dos assistentes em cada turma através dos resultados alcançados por cada uma delas.

Os recursos que são destinados ao financiamento do PMALFA são repassados às Unidades Executoras (UEX), representativas das unidades escolares beneficiadas para cobertura de despesas de custeio. Estes recursos são provenientes do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), criado em 1995 com o intuito de prestar assistência financeira às escolas e auxiliar na manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, bem como aumentar o desempenho escolar, e ainda fortalecer a participação social e a autogestão escolar (BRASIL, 2009).

Os recursos advindos do PDDE devem ser utilizados para restituir ao Assistente de Alfabetização despesas relacionadas ao transporte e à alimentação, e também à aquisição de material de consumo e à contratação de serviços necessários às atividades complementares com foco na alfabetização, sendo estes calculados com base no número de matrículas e turmas no censo escolar do ano anterior ao ano da adesão, nesse caso, é um trabalho prestado em regime de voluntariado.

Ainda no tocante aos Assistentes de Alfabetização, foi ofertado pela secretaria de Educação do Estado da Paraíba edital com a finalidade de selecionar 142 (cento e quarenta e dois) Assistentes de Alfabetização Voluntários

para atuarem no PMALFA. Estas vagas foram designadas a Pedagogos, Licenciados em Letras (habilitação em Língua Portuguesa), profissionais com o diploma do Magistério Médio ou estudantes dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia ou Letras (habilitação em Língua Portuguesa), com pelo menos 50% da carga horária concluída.

Como já posto anteriormente, as atividades desenvolvidas pelo Assistente de Alfabetização são consideradas de natureza voluntária, na forma definida pela Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Nesse sentido, o assistente recebe o que é descrito como ajuda de custo e não possui vínculo empregatício, com uma ajuda de custo de R\$ 150,00 por turma não-vulnerável ou R\$ 300,00 por turma vulnerável. Sua adesão ao PMALFA se dá conforme a assinatura de termo de compromisso. De acordo com o Manual Operacional do Sistema de Orientação Pedagógica e Monitoramento do PMALFA (BRASIL, 2018a), o Assistente de Alfabetização deve cumprir horário regular de cinco horas semanais por turma para escolas classificadas como não-vulneráveis, ou de dez horas semanais por turma para escolas vulneráveis, sendo ainda acompanhado no desenvolvimento de todas as atividades em sala de aula pelo professor alfabetizador.

Como atribuições do Assistente de Alfabetização está o acompanhamento das atividades realizadas pelo Professor Alfabetizador, atuando junto a este no trabalho com os alunos em fase de alfabetização, auxiliando aqueles que estiverem com maiores dificuldades de aprendizagem.

O PMALFA está calcado na compreensão de que cada indivíduo tem o seu tempo para aprender, e que o processo de aprendizagem acontece em ritmos diferentes para cada aluno, tendo que se considerar para esse fim uma série de variáveis, tais como o contexto social no qual esse indivíduo está inserido, fato esse que tem ligação direta com seus conhecimentos prévios; o interesse no desenvolvimento das atividades em sala de aula; suas motivações para estar no ambiente escolar que são pontos de extrema relevância em todo esse processo. Tal compreensão corrobora o pensamento de José Carlos Libâneo, ao afirmar que “[...] Os alunos não são iguais, nem no nível socioeconômico nem nas suas características individuais [...]” (LIBÂNEO, 2013, p. 223).

Nesse sentido, por tratarem-se de indivíduos distintos, que aprendem em ritmos diferentes faz-se necessário um acompanhamento diferenciado para que o processo de alfabetização tenha êxito. Assim, o PMALFA concebe a alfabetização como base para que o indivíduo possa adquirir autonomia e outros conhecimentos escolares. Já o Professor Alfabetizador assume a sua importância como colaborador precípuo em todo esse processo, e o planejamento é apontado como ferramenta ímpar a ser utilizada. Ainda conforme Libâneo (2013, p. 245).

O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. O planejamento é um meio para se programar as ações docentes, mas é também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado a avaliação.

No uso do planejamento enquanto ferramenta, o docente pode selecionar as atividades a serem desenvolvidas alinhando-as às necessidades reais e potenciais de seus alunos, considerando que o processo de ensino aprendizagem envolve uma gama de variáveis, tais como planejamento, avaliação, conteúdo,

interação, afetividade. Contudo, tudo isso implica no olhar atento do educador, visto que ele é a peça chave de todo esse processo.

Não se deve descurar em momento algum a realidade da sala de aula, da escola e da comunidade, pois estes representam um impacto direto no referido processo. Em um sistema escolar excludente como o nosso, ter problemas na fase de alfabetização logo nos primeiros anos das séries iniciais tornou-se comum, sendo válido salientar que o fracasso nessa fase inicial não se restringe apenas aos profissionais da escola, há de se considerar, portanto, questões de natureza cultural, social, econômica e educacional. Segundo Libâneo (2013, p. 43),

[...] O domínio da leitura e da escrita, tarefa que percorre todas as séries escolares, é a base necessária para que os alunos progridam nos estudos, aprendam a expressar ideias e sentimentos, aperfeiçoem continuamente suas possibilidades cognitivas, ganhem maior compreensão da realidade social. A alfabetização bem conduzida instrumentaliza os alunos a agirem socialmente, a lidarem com as situações e desafios concretos da vida prática: é meio indispensável para a expressão do pensamento, da assimilação consciente e ativa de conhecimentos e habilidades, meio de conquista da liberdade intelectual e política.

A importância da alfabetização para o indivíduo enquanto ser em desenvolvimento está diretamente ligada à articulação das ações dos atores envolvidos nesse processo, indo além da transmissão de conteúdo, possibilitando a construção e a ampliação de conhecimentos, promovendo situações nas quais os alunos possam desenvolver sua aprendizagem, possibilitando-lhes assumir uma postura crítica diante das situações às quais são expostos, bem como fornecer bases para a construção de valores e princípios que os ajudarão a enfrentar os desafios futuros.

Nesse sentido, o PMALFA almeja fortalecer o processo de alfabetização nas fases iniciais, promovendo a integração nos processos de alfabetização das unidades escolares com a política educacional da rede de ensino. O PMALFA corresponde ao disposto na Base Nacional Comum Curricular, quando esta aponta que,

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos (BRASIL 2018b, p. 59)

A questão da alfabetização no nosso país é extremamente complexa, e há bastante tempo vem se percebendo que também é de difícil resolução. Muitas crianças chegam ao término do Ensino Fundamental- Anos Iniciais sem ter conseguido atingir os objetivos propostos pela rede de ensino; não conseguem fazer uso de modo satisfatório das práticas de leitura, escrita e cálculo, tendo assim sérias dificuldades nos anos seguintes, uma vez que não detém o conhecimento da base, que foi iniciado, mas por uma infinidade de variáveis não foi apreendido pelo aluno, que seguiu com essa lacuna.

Assim, a inserção no PMALFA nas redes de ensino visa contribuir com o trabalho do professor alfabetizador à medida que o Assistente de Alfabetização direciona seus esforços aos alunos com maiores dificuldades, sob a orientação do

professor alfabetizador, desenvolvendo as atividades propostas, oportunizando, em virtude desse acompanhamento mais aproximado, a possibilidade de um maior e melhor aprendizado.

No Brasil, o “Mapa do Analfabetismo”, estudo realizado pelo INEP (BRASIL, 2000), relata como estão os municípios brasileiros no que diz respeito à educação. Conforme dados, em 2000 o Brasil possuía 175,3 milhões de pessoas e cerca de 16 milhões eram consideradas analfabetas, contando com a população a partir de 15 anos de idade; e mais de 30 milhões, ao se considerar os analfabetos funcionais, ou seja, incluindo no cômputo aqueles alfabetizados que possuem um mínimo de quatro séries escolares. Já em 2010, o Brasil contava com uma população de 196,8 milhões de pessoas, o Censo Demográfico do ano de 2010 apontava uma população de 190.732.694; desse total, 14.000.000 são analfabetos com 15 anos ou mais de idade.

É também interessante observar que em 2010, 17.167.135 pessoas tinham de 10 a 14 anos de idade, e destas, 16.495.407 pessoas frequentavam a escola. Estes últimos dados são bastante positivos, contudo, não podemos duvidar que dentre estas pessoas, estejam aquelas que frequentam a escola e são promovidas ano a ano, ainda que tragam consigo *déficits* nas práticas de leitura e escrita. Os dados revelam ainda que em cerca de 1.796 municípios o nível de escolaridade é inferior a quatro séries concluídas e que o índice de analfabetos é maior para famílias com renda menor que um salário mínimo.

Soares (2018, p. 23) enfatiza que

[...] o fracasso na década inicial do século XXI é denunciado por avaliações externas à escola – avaliações estaduais, nacionais e até internacionais –, e já não se concentra na série inicial da escolarização, mas espraia-se ao longo de todo o ensino fundamental, chegando mesmo ao ensino médio, traduzido em altos índices de precário ou nulo domínio da língua escrita, evidenciando grandes contingentes de alunos não alfabetizados ou semialfabetizados depois de quatro, seis, oito anos de escolarização [...].

Desse modo, a autora ressalta a persistência do fracasso escolar constatado por meio das avaliações externas e que este se espraia por todo o Ensino Fundamental e Médio. É no intuito de reverter essa realidade que são criados programas como o PMALFA, além deste, podemos elencar o Mais Educação; o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA); o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC); o Pró-Letramento e o Novo Mais Educação; dentre outros que apresentaram como finalidade a melhoraria do rendimento dos alunos.

Estes programas são iniciativas do governo federal, por meio de estratégias do MEC voltadas a fornecer suporte às escolas públicas, para que estas possam focar na melhoria da aprendizagem de seus alunos. Sendo assim, cada um por meio de suas diretrizes e de acordo com suas particularidades, tem por objetivo o mesmo fim, a aprendizagem e o desenvolvimento escolar.

Entretanto, os Programas Mais Educação e o Novo Mais Educação apresentam-se de forma diferente dos demais programas citados, em virtude de serem ofertados no contra turno, aumentando o tempo dos alunos na escola, e também por serem voltados às escolas com baixo IDEB. Tais programas são configurados como programas de educação integral nos quais há também a presença do trabalho voluntário e, ainda, da descaracterização ou banalização do trabalho docente, visto que “convida-se” para a escola pessoas sem a qualificação

necessária para desenvolver as atividades do programa (SALVINO e ROCHA, 2015) Aos alunos das escolas que participam ou participaram do PME/Novo PME são ou foram disponibilizadas uma série de atividades relacionadas às áreas de conhecimento dispostas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a serem selecionadas pelas escolas e organizadas em macrocampos: Acompanhamento Pedagógico; Educação Ambiental; Esporte e Lazer; Direitos Humanos em Educação; Cultura e Artes; Cultura Digital; Promoção da Saúde; Comunicação e Uso de Mídias; Investigação no Campo das Ciências da Natureza e Educação Econômica. O Novo Mais Educação, todavia, volta-se, mais detidamente, às aprendizagens nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e, portanto, apresenta similaridades com o PMALFA.

Já o Programa de Formação Professores Alfabetizadores (PROFA), lançado em 2000, foi direcionado aos professores, com o intuito de desenvolver as competências desse profissional, visto ser primordial fornecer o suporte necessário para que estes possam alcançar os objetivos pré-determinados. Vale salientar que não basta apenas lançar metas e objetivos sem enfatizar o professor que é peça chave em todo esse processo.

No mesmo sentido, houve também o Pró-Letramento-Mobilização pela Qualidade da Educação, lançado em 2005, cujo objetivo centrava-se na formação continuada de professores, com o intuito de melhorar a qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos iniciais do ensino fundamental, o qual foi direcionado aos professores dos anos iniciais.

Já o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) foi implantado em 2012 com o intuito de alfabetizar as crianças até os 8 (oito) anos de idade, ou seja, até o 3º ano do Ensino Fundamental, direcionando à formação continuada dos professores alfabetizadores.

É possível perceber que estes programas, PROFA, Pró-Letramento e PNAIC enfatizam o professor pesquisador, o profissional que carece de uma prática pedagógica que tome como base o estudo, a investigação do seu fazer, logo, um profissional que precisa de formação continuada sempre.

O PMALFA, voltado por sua vez para os alfabetizandos, conta com o apoio do MEC e dos entes federados – Distrito Federal, estados e municípios – que atuam de maneira distinta, porém articulada, fornecendo assistência às escolas participantes do Programa por meio de apoio técnico ou financeiro, na coordenação das metas, no acompanhamento do desenvolvimento dos alunos, dentre outros.

O acompanhamento do PMALFA acontece por meio de Sistema de Monitoramento realizado por intermédio do PDDE Interativo que trata de uma ferramenta de apoio à gestão escolar, a qual é desenvolvida pelo MEC, em parceria com as Secretarias de Educação, sendo acompanhado pelo Coordenador do PMALFA, desde o preenchimento dos dados até o esclarecimento de dúvidas quanto ao Programa. Nele, as escolas participantes do programa fazem o registro de todas as informações acerca dos professores alfabetizadores, assistentes, estudantes, turmas e plano de atendimento.

A seguir, serão apresentados o campo de pesquisa e a análise dos dados coletados neste estudo.

3 O PMALFA na escola

3.1 A escola campo de pesquisa

Para o desenvolvimento deste estudo optou-se pela abordagem qualitativa, considerando principalmente, o objeto com o qual se trabalharia. Segundo Deslandes (1994, p. 21), “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado[...]”, podemos, então, investigar a realidade com base nas experiências individuais dos sujeitos.

O estudo de caso, por sua vez, configura-se como método de pesquisa, visto o universo específico a ser investigado. Conforme Yin (2001, p. 33) “[...] o estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo - com a lógica de planejamento incorporando abordagens específicas à coleta de dados e à análise de dados. [...]”, logo, trata-se de um método que possibilita ao pesquisador responder a questionamentos.

Como já citado anteriormente, o interesse pelo PMALFA surgiu a partir da nossa experiência enquanto assistente neste Programa. Na pesquisa, investigou-se como se deu o desenvolvimento do Programa Mais Alfabetização enquanto ferramenta auxiliar no processo de alfabetização na visão de seus atores (professores alfabetizadores, gestora e coordenadora pedagógica).

A instituição escolar enquanto espaço destinado à instrução de crianças, adolescentes ou mesmo adultos, em fase de aprendizagem, traz em sua estrutura as ferramentas necessárias ao processo de aprendizagem, uma vez que é na escola que o aluno passa boa parte do seu tempo. A escola trabalha de forma objetiva, direcionada, sistematizada na perspectiva do desenvolvimento do aluno. Segundo Gadotti (2007, p.11),

A escola é um espaço de relações. Neste sentido, cada escola é única, fruto de sua história particular, de seu projeto e de seus agentes. Como lugar de pessoas e de relações, é também um lugar de representações sociais. Como instituição social ela tem contribuído tanto para a manutenção quanto para a transformação social. Numa visão transformadora ela tem um papel essencialmente crítico e criativo.

Por ser única, cada instituição escolar possui uma história em particular, no que tange a sua origem, os seus atores e a sua proposta de ensino, direcionada a atender às necessidades de seu público alvo.

A escola na qual desenvolvemos esta pesquisa, aqui denominada ficticiamente de *Escola Aprender*, trata-se de uma escola pública estadual, localizada no município de Areia, no Brejo paraibano. Em 2019, a referida escola conta com quinhentos e setenta (570) alunos matriculados nos três turnos (manhã/tarde/noite). A distribuição do alunado ocorre de acordo com a série/ano ofertadas no horário, a saber: pela manhã a instituição opera com as turmas do 6º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental II, e 1º, 2º e 3º do Ensino Médio com 260 (duzentos e sessenta) alunos; a tarde são as turmas do 1º ao 5º anos do Ensino Fundamental I, e 6º e 7º do Ensino Fundamental II, com 213 (duzentos e treze) alunos; e no turno da noite, as modalidades de Educação de Jovens e adultos (EJA) Fundamental e EJA Médio com um total de 97 (noventa e sete) alunos.

A instituição ainda conta com um corpo administrativo comprometido, o que contribui para o funcionamento satisfatório do ambiente escolar. Em relação ao corpo docente, a escola trabalha com 19 profissionais dos quais sete são efetivos

e 12 contratados. Em relação à equipe de apoio, a escola dispõe de uma secretária e mais duas pessoas que a auxiliam; duas merendeiras e três pessoas no serviço geral de limpeza e portaria.

A escola é de médio porte e conta com uma boa infraestrutura física, estando dividida em sete salas de aula; uma sala de computação; uma biblioteca e sala de leitura; uma sala de professores/as; um banheiro para professores; dois banheiros para alunos, dois banheiros para alunas; um pátio; um refeitório; uma cozinha; um auditório.

Isto posto, o capítulo seguinte discutirá acerca do PMALFA na perspectiva de professoras, gestora e coordenadora pedagógica na escola campo de pesquisa.

4 O PMALFA NA ESCOLA APRENDER SEGUNDO SEUS ATORES

Voltamo-nos neste momento ao PMALFA sob o olhar dos indivíduos que estiveram diretamente envolvidos em sua implantação e desenvolvimento na *Escola Aprender*. Para tanto, tomar-se-á como base o questionário realizado, através do qual se coletou dados junto às professoras, à gestora e à coordenadora pedagógica sobre a temática em voga. Ressalta-se que foi utilizado o mesmo instrumento de pesquisa para todas as participantes, as quais serão nomeadas de Participante 1, Participante 2, Participante 3 e Participante 4; não sendo diferenciadas na nomenclatura enquanto função desempenhada no Programa.

Apesar de serem poucas as pessoas que participaram da pesquisa, optamos pelo uso de questionário. Contudo, a opção por este tipo de instrumento se deu por conta da disponibilidade das profissionais em participar da pesquisa. Vale ressaltar que a Participante 4 não devolveu o seu questionário, por isso, trabalharemos apenas com três participantes.

O instrumento de pesquisa foi iniciado com a indagação sobre a participação de cada profissional no Programa. Obtiveram-se as seguintes respostas:

PARTICIPANTE 1: Participei como professora do 2º ano (Fund. I)

PARTICIPANTE 2: Fui professora do 1º Ano.

PARTICIPANTE 3: Como Gestora adjunta da *Escola Aprender – Areia PB*³, o meu trabalho era de apoio técnico, acompanhar o assistente de sala e o professor para auxiliá-los com materiais, entre outros.

As funções desempenhadas estão de acordo com as diretrizes propostas pelo Programa que institui o Professor Alfabetizador, o gestor, o coordenador pedagógico e o Assistente de Alfabetização como seus responsáveis diretos pelo desenvolvimento na escola. O Programa intenta oferecer apoio ao Professor Alfabetizador no processo de aprendizagem dos alunos com maiores dificuldades, uma vez que estes devem ter acompanhamento direto do Assistente de Alfabetização, por meio de atividades pré-estabelecidas.

Quando indagados sobre como ficaram sabendo do Programa e como foi a adesão a este, as respostas foram as seguintes:

PARTICIPANTE 1: Fiquei sabendo através da coordenação da escola.

³ Nas respostas das participantes, substituímos o nome da escola campo de pesquisa pelo nome fictício que adotamos neste artigo, *Escola Aprender*.

PARTICIPANTE 2: Através das mídias e posteriormente pela escola que leciono.

PARTICIPANTE 3: Para a equipe gestora nos foi apresentado através da parceria da 3ª Regional de Ensino que fortaleceu a adesão, nos proporcionando uma assistente de sala, para auxiliar o trabalho do professor alfabetizador.

Nestas assertivas, observamos que as Participantes 1, 2 e 3 tomaram conhecimento do Programa através de canais diferentes e merece atenção o fato de que a Participante 3 o conheceu quando soube que a *Escola Aprender* já constava no rol de escolas que tinham aderido ao Programa. A Participante 1, professora, o conheceu já para ser implementado. Apenas a Participante 2 diz ter conhecido através de mídias e, posteriormente, foi-lhe apresentado pela coordenação da escola já para implementação. Identifica-se assim que não houve consulta à Escola ou às professoras alfabetizadoras quanto à necessidade de um assistente em sala de aula. Não houve também levantamento prévio das carências que suas turmas apresentavam. Ressalta-se ainda que a *Escola Aprender* é classificada no Programa como não-vulnerável, ou seja, seus alunos apresentaram uma média de 50% de acertos na ANA de 2016, conforme pode ser observado nos quadros a seguir.

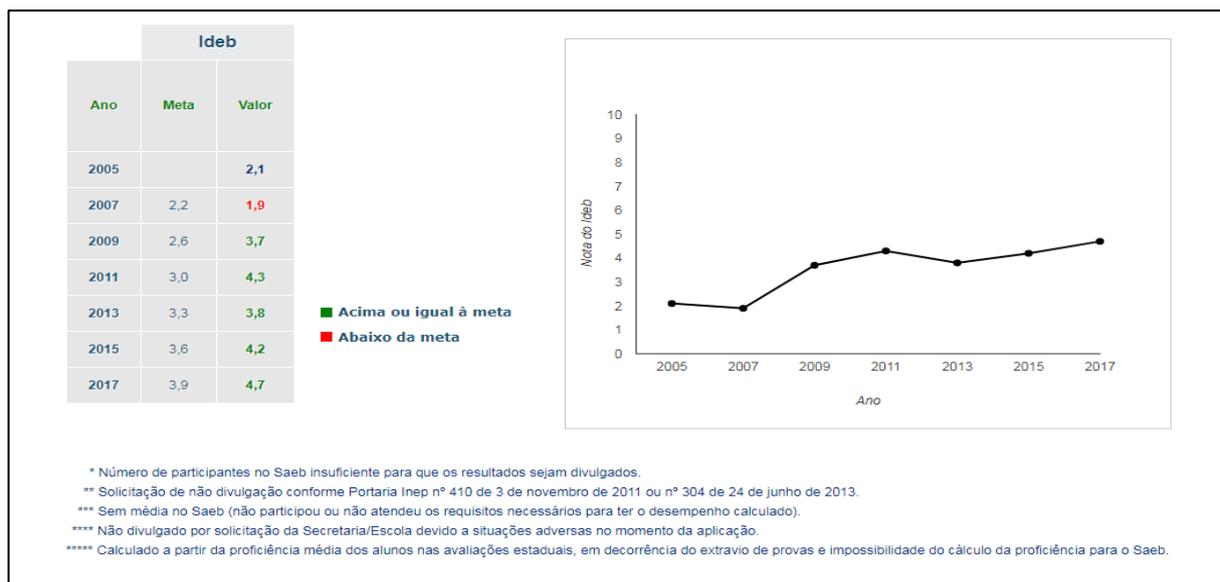
Quadro 1

Anos iniciais do ensino fundamental

Ano	Taxa de Aprovação						Saeb				
	1°	2°	3°	4°	5°	P i	Matemática		Língua Portuguesa		N i
							Proficiência Média	Proficiência Padronizada	Proficiência Média	Proficiência Padronizada	
2005	98,0	40,8	59,1	57,8	72,5	0,60	154,6	3,6	141,1	3,4	3,48
2007	67,8	64,5	77,6	93,9	17,6	0,45	187,8	4,9	151,7	3,7	4,31
2009	78,1	65,0	97,2	90,7	95,7	0,83	181,0	4,6	165,9	4,3	4,44
2011	100,0	100,0	100,0	93,3	89,7	0,96	181,9	4,7	165,7	4,2	4,45
2013	100,0	100,0	67,9	68,0	95,0	0,83	180,7	4,6	170,5	4,4	4,51
2015	100,0	95,8	88,2	94,1	75,0	0,90	186,5	4,8	174,2	4,6	4,69
2017	100,0	100,0	96,7	92,0	92,0	0,96	190,8	5,0	178,3	4,7	4,85

Fonte: <http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/25064142>

Quadro 2



Fonte: <http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/25064142>

Às Professoras Alfabetizadoras não coube opinar em relação à presença do Assistente de Alfabetização em sua sala, como recomendado no Manual Operacional do Programa: “O professor alfabetizador poderá optar pelo apoio do assistente de alfabetização em sala de aula, comunicando sua opção à direção das unidades escolares no momento da adesão ao Programa” (BRASIL, 2018a, p. 7). As professoras simplesmente foram comunicadas pela Coordenação da *Escola Aprender* da adesão ao Programa e da presença do Assistente em suas salas de aula. Coloca-se em xeque, portanto, a autonomia das professoras e, inclusive da própria escola, posto que a decisão de adesão ao Programa também não partiu de si, mas da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba.

Questionadas acerca das formações no Programa, se estas contribuíram para a melhoria do ensino em sala de aula, as participantes responderam:

PARTICIPANTE 1: Não houveram capacitações, sendo assim, não contribuíram.

PARTICIPANTE 2: Eu não participei das capacitações. Porém o programa é de fundamental importância para a melhoria da aprendizagem de vários alunos. Com a aplicação de atividades diferenciadas e o suporte da colaboradora Kátia, as crianças com mais dificuldade puderam ter uma chance a mais para se qualificar na leitura e escrita.

PARTICIPANTE 3: Como gestora adjunta não participei das capacitações, mas é perceptível a contribuição que se garante a melhoria na aprendizagem em ritmos e tempos singulares de que necessitam os alunos. Um esforço aplausível mediante a intensificação de ações pedagógicas voltadas ao apoio e ao fortalecimento do processo.

Nesse ponto, evidencia-se certa divergência na fala das participantes em relação às formações no decorrer do Programa no ano de 2018. Aconteceram os seguintes encontros para formação no Programa: um encontro endereçado às Assistentes e às coordenações pedagógicas; outro endereçado a todos os participantes do Programa, inclusive aos gestores escolares; e mais um endereçado às Assistentes de Alfabetização, às coordenações pedagógicas e aos professores alfabetizadores.

A Participante 1 afirma que as capacitações não ocorreram, logo não lhe ofereceram subsídios para possíveis melhorias em sua prática em sala de aula. Em contrapartida, a participante 2 afirma não ter participado das formações, mas deixa subentendido que as mesmas aconteceram, enfatizando ainda a contribuição do Assistente no desenvolvimento das atividades em sala. Já a participante 3 confirma a existência das formações e sua contribuição na melhoria da aprendizagem dos alunos, e confirma sua não participação nas mesmas.

Considerando que a capacitação no Programa é de responsabilidade do ente federado que faz adesão ao mesmo, conforme o Manual Operacional do PMALFA, compete aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios “colaborar com a qualificação e a capacitação do assistente de alfabetização, professores alfabetizadores, técnicos, gestores e outros profissionais, em parceria com o MEC” (BRASIL 2018a, p. 8). Haja vista que a capacitação aconteceu, indaga-se a razão da não participação das professoras, bem como da gestora. Talvez a resposta a tal indagação esteja no fato de tomarem ciência tardiamente da adesão da escola ao Programa, o que não se justifica, posto que as capacitações ocorreram após tal fato.

A formação continuada de professores, as capacitações que ocorrem nas escolas e fora destas são um ponto delicado, pauta de discussão não exaurida quando o assunto é educação. No Programa em tela, as capacitações aconteceram já com o Programa em curso, não houve uma iniciação sobre como seriam os trabalhos em sala de aula e as atribuições dos envolvidos. O primeiro encontro de formação aconteceu apenas um mês após sua implantação na escola e foi direcionada ao coordenador pedagógico e ao Assistente de Alfabetização. Esse calendário diverge totalmente do que é proposto no Manual Operacional do PMALFA, ao enfatizar que é responsabilidade do Secretário de Educação, “[...] selecionar os Assistentes de Alfabetização com a participação das unidades escolares e imediatamente realizar reuniões de formação para explicar-lhes o funcionamento do Programa, bem como o papel e responsabilidade que eles terão no apoio ao Professor Alfabetizador” (BRASIL, 2018, p. 13). É uma formação prévia, ainda que seja direcionada apenas aos Assistentes de Alfabetização.

A perspectiva é de que, por meio dos encontros de formação, os envolvidos no Programa tenham ciência de suas atribuições no tocante às orientações de como aproveitar a figura do Assistente em sala de aula no desenvolvimento das atividades.

No ano de 2018, o PMALFA teve duração de apenas 6 meses, sendo diretamente coordenado pela Terceira Gerência Regional de Ensino, por meio da Coordenadoria Regional PMALFA, ficando a cargo desta as formações direcionadas aos indivíduos envolvidos com o Programa, bem como o esclarecimento de possíveis dúvidas. Logo, as formações que aconteceram foram estendidas a todos os participantes, contudo, nem todos se fizeram presentes.

Quanto ao alcance dos objetivos propostos pelo Programa, tivemos os seguintes resultados:

Participante 1: O Programa Mais Alfabetização na minha opinião alcançou parcialmente os objetivos. Porque ainda faltam capacitações (professores e auxiliares), envolvimento da secretaria ao dispor de auxílio em material e cronograma adequado ao ano letivo.

Participante 2: Sim, o programa Mais Alfabetização alcançou o objetivo proposto, porque conseguiu com que os alunos com deficiência na aprendizagem pudessem qualificar na leitura, escrita e interpretações textuais.

Participante 3: Sim. Alfabetizar crianças não é uma tarefa fácil, quando se garante uma ajuda, ou seja, um apoio adicional humano, a aprendizagem (leitura, escrita e matemática) se fortalece, promovendo o crescimento nos processos de habilidades.

Nas respostas das três participantes há um entendimento de que o PMALFA contribui para o desempenho escolar dos alunos, em específico na alfabetização, ainda que parcialmente. Concorde-se com a Participante 3, quando esta afirma que alfabetizar não é uma tarefa fácil, posto que envolve muitos conhecimentos e habilidades que carecem de formação, seja inicial, seja continuada. O acesso ao conhecimento, a busca por novos métodos e maneiras de ensinar, o encantamento com o despertar de uma criança para a leitura e a escrita são elementos instigadores ao professor que está constantemente buscando uma melhor ou uma mais adequada prática pedagógica. Isto implica não apenas o seu compromisso pessoal, mas também o compromisso institucional assumido pela gestão, seja da escola, do município, do estado ou da união. Percebe-se tanto no relato das professoras, quanto nos documentos do PMALFA que os encontros de formação são insuficientes para os objetivos pretendidos pelo Programa.

Tais objetivos, faz-se necessário frisar, não são fixos, dada à significação que lhe é atribuída pelo leitor, seja professor alfabetizador ou Assistente de Alfabetização. O mesmo se aplica à compreensão de como devem ser alcançados nas salas de aula, dada as diferentes nuances que estas apresentam. As salas de aula trabalham com o imprevisível, daí a dificuldade de um programa, uma política educacional dar conta dessa imprevisibilidade, desse porvir. São muitas as variáveis a serem consideradas: o conhecimento, a disponibilidade, o comprometimento, o querer fazer, o querer aprender, as condições de trabalho, as condições de acesso e permanência na escola, dentre outros elementos que incidem sobre o processo de escolarização, de alfabetização, de aprendizagem. Nessa perspectiva, torna-se necessário fazer uma revisão acerca da forma como os trabalhos serão desenvolvidos na educação, em sala de aula, principalmente, no tocante à alfabetização e à função de cada profissional no trabalho com os alunos.

Quando indagadas se há perspectivas de continuidade do Programa, as participantes responderam:

Participante 1: Há sim perspectivas na continuidade do Programa, visto que está inserido nos programas do governo estadual.

Participante 2: Sim, há perspectivas na continuidade do Programa devido à melhoria da aprendizagem do aluno, algo que a escola tem como objetivo.

Participante 3: Sim! O Programa está sendo implementado nas turmas de primeiro e segundo anos do ensino fundamental. Uma das razões para a prorrogação do prazo, segundo a coordenadora geral, é o fato de o Brasil ser extremamente diverso com relação à internet.

As Participantes atestam a continuidade do Programa, tendo em vista a melhoria da aprendizagem do aluno, principalmente neste estágio inicial. A fase da alfabetização é uma das mais ricas e desafiadoras para a criança, momento no qual passa a ter contato com novas aprendizagens, passando a dominar as práticas de leitura e de escrita. O professor, por sua vez, apresenta grande contribuição nesse processo e, quando auxiliado por um outro professor, ou mesmo um assistente, a probabilidade de desenvolvimento de um melhor trabalho

umenta consideravelmente. Ainda que este assistente ou auxiliar, seja o Assistente do PMALFA, que trabalha em regime de voluntariado, com uma ajuda de custo de R\$ 150,00, por turma não vulnerável, ou R\$ 300,00, por turma vulnerável.

Ao serem indagadas se o Programa Mais Alfabetização foi uma continuidade do PNAIC, as respostas divergiram,

Participante 1: Não concordo que seja. Porque diferencia na sua aplicação e atinge de forma mais direta no auxílio da aprendizagem dos alunos.

Participante 2: O PNAIC não atendia ao 1º ano.

Participante 3: Com certeza foi sim! O PNAIC (Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa) foi um programa que plantou sua semente e já começa a colher frutos. O programa mais alfabetização pode se dizer que é um dos frutos que já trouxe avanços a educação alfabetizadora.

Ambos os programas PNAIC e PMALFA objetivam sucesso na alfabetização de crianças em idade adequada à série/ao ano, todavia, são programas diferentes entre si, visto que um destina-se à formação de professores e o outro à assistência ao aluno. Contudo, a Participante 3 compreende que um é a continuação do outro, e a Participante 2 encontra uma diferença, que é o público contemplado, no caso o 1º ano, não atendido pelo PNAIC. De fato o PNAIC não atendia ao 1º ano e nem a nenhum outro de forma direta, ou seja, ao aluno, pois este programa foi direcionado à qualificação do professor alfabetizador, à melhoria de sua prática em sala de aula.

Tanto o PNAIC quanto o Programa Mais Alfabetização são políticas públicas voltados à resolução de problemas relacionados à alfabetização, frente aos índices negativos constatados nas avaliações externas. Nesse sentido, o PNAIC incide diretamente na prática do professor em sala de aula por meio da formação continuada, e espera-se que reflita diretamente no aprendizado dos alunos, devendo ser visto pelo educador como um momento propício a rever sua prática educativa e conseqüentemente trazer melhorias para o seu desenvolvimento. Ao passo que no Mais Alfabetização os trabalhos estão voltados para a aprendizagem do aluno, incidindo diretamente sobre as práticas de leitura, escrita e cálculo.

Na última pergunta, as participantes ficaram livres para falar mais sobre o Programa. Elas disseram:

Participante 1: O programa na minha sala foi extremamente importante. Auxiliou os meus alunos e tive a satisfação de ser auxiliada por um professor comprometido e empenhado dentro e fora da sala de aula. O Programa empregado de forma comprometida vem a somar e melhorar a forma de aprendizagem dos alunos. A minha sala foi beneficiada com o Programa, acho que deveria ser estendida as demais séries dos anos iniciais.

Participante 2: Um programa tão valioso deveria estar em funcionamento desde os primeiros dias do ano letivo. Isso contribuiria melhor e de forma mais eficaz na aprendizagem dos alunos.

Participante 3: Um programa tão valioso que alavancou a educação, que fez valer o direito da criança até 8 anos nas escolas. Ler e escrever como “direito” de todos. Em 2013 este programa concentrou professores de todo o país para magníficas formações que fomentavam a experiência docente com novas possibilidades nas redes municipais e estaduais.

Denota-se que todas as participantes reverenciam o Programa pelas possibilidades de melhorias que a presença de um Assistente de Alfabetização proporcionou no processo de alfabetização dos alunos. Isso fica bastante claro na fala da Participante 1, que inclusive rende elogios à voluntária que assumiu esta função em sua sala de aula. A Participante 2 reconhece a importância do Programa e apresenta a ressalva de que este deveria ter funcionado desde o início do ano letivo e não apenas no segundo semestre. Já a Participante 3 fala da importância do Programa, mas, ao final, o confunde com o PNAIC, talvez por ser um programa também dedicado à alfabetização. Entretanto, o PMALFA se trata de um programa novo, uma política proposta pelo governo federal diante dos resultados negativos dos estudantes na Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA/SAEB), sendo voltado apenas para os alunos do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental I, não sendo estendido aos demais anos desta etapa de ensino.

Como os demais Programas criados pelo governo federal, o PMALFA se propõe buscar solução para as dificuldades de aprendizagem identificadas em alunos de 1º e 2º anos do Ensino fundamental I. Nesse intuito, as escolas que aderiram ao Programa receberam, como apoio em suas salas de aula, um Assistente de Alfabetização para auxiliar o professor alfabetizador nos trabalhos com os alunos com maiores dificuldades de aprendizagem. Na *Escola Aprender*, o Programa teve uma boa aceitação, considerando os moldes nos quais ocorreram sua implantação. Contudo, faz-se necessário ressaltar as dificuldades em relação às formações oferecidas pelo Programa, uma vez que estas não surtiram os efeitos esperados por seus participantes, deixando nítido o quanto a articulação é imprescindível na implantação de todo e qualquer projeto, independente da área a qual se destine.

Sabemos que alfabetizar não ocorre de maneira isolada e para que este ato tenha êxito, faz-se necessário comprometimento e uma busca constante na melhoria da prática em sala de aula. Assim, as participantes pontuam o Programa como válido, uma vez que puderam contar com uma ajuda “extra” em seu trabalho, no sentido de avanço com as crianças que mereciam uma maior atenção pedagógica, mas que por razão a uma série de fatores não era possível.

O PMALFA se mostra como uma proposta inovadora frente aos índices negativos de aprendizagem e enfatiza a preocupação com as avaliações externas, uma vez que estas expõem a realidade de maneira quantitativa. Compreende-se, portanto, que o Programa intenta a reversão desse quadro investindo diretamente na base, uma vez que esta é o princípio de tudo. Mesmo que de maneira sutil e em meio aos percalços, tal Programa contribui para a melhoria da aprendizagem de crianças em fase de alfabetização.

5 CONCLUSÃO

No decorrer desse artigo buscou-se compreender o funcionamento do PMALFA enquanto política pública voltada ao desenvolvimento e aprimoramento das capacidades de leitura, escrita e matemática de alunos de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental I. Para tanto, sentimos a necessidade de pontuar como se deu o processo de alfabetização em nosso país, desde o trabalho exercido pelos jesuítas com foco na catequização dos povos indígenas, até as indagações envolvendo os considerados antigos e novos métodos de alfabetização, ressaltando que esta diz respeito ao processo de aquisição da leitura e da escrita

pelo indivíduo, compreendendo uma fase bastante complexa, uma vez que dialoga com uma série de variáveis que ultrapassam o âmbito escolar.

Enfatizou-se a importância do aprendizado nos anos iniciais, uma vez que servirão de lastro para os anos seguintes. Logo, os conhecimentos apreendidos nessa fase funcionarão como lastro para um aprendizado satisfatório, contribuindo assim para uma diminuição nos números relacionados ao fracasso escolar.

Ao longo dos anos foram muitas as mudanças ocorridas no campo educacional, no intuito de buscar meios para melhorar os níveis de desenvolvimento dos alunos e, conseqüentemente, acabar com o analfabetismo que mesmo frente a programas voltados a alfabetização de crianças, jovens e adultos, e a formação continuada de professores, tem se mostrado persistente os índices negativos apontados nas avaliações às quais os alunos são submetidos.

Nesse cenário surge o PMALFA, voltado diretamente a apoiar as escolas no processo de alfabetização dos alunos matriculados no 1º e 2º anos do Ensino Fundamental I, como forma de amenizar as questões relacionadas ao fracasso escolar identificado nas séries iniciais. Para conseguir tal feito, o Programa traz o reforço de um auxiliar, o Assistente de Alfabetização, para auxiliar o Professor Alfabetizador por um período de cinco ou 10 horas semanais de acordo com os critérios estabelecidos para que a escola seja classificada como vulnerável ou não-vulnerável.

Assim, O PMALFA surge como uma estratégia de monitoramento do MEC frente aos resultados obtidos na ANA, do SAEB, sendo perceptível a preocupação existente com as avaliações externas, uma vez que essas revelam de maneira quantitativa como está a qualidade do ensino por estado, município e por escola.

Observou-se, com base nos questionários aplicados aos profissionais envolvidos na implantação e desenvolvimento do PMALFA na *Escola Aprender*, que houve uma boa aceitação do Programa em sala de aula, evidenciando as contribuições que o mesmo trouxe ao desenvolvimento dos alunos. Porém, em relação às formações identificamos certas lacunas, visto que mesmo que não tenham surtido o efeito desejado, estas aconteceram em momentos distintos no decorrer do Programa. Para que aconteçam formações validadas, com reflexo positivo em sala de aula, é necessário o comprometimento integral de todos os envolvidos, bem como a disponibilidade em participar e, não se pode descuidar da articulação entre todos os envolvidos nesse processo de formação continuada.

A formação do professor, a sua qualificação profissional, seja inicial, seja continuada, é de importância fundamental para a educação, contudo, no Brasil, os problemas relativos à alfabetização não se pautam apenas na formação do professor. Podemos elencar alguns pontos nevrálgicos tais como a descontinuidade das políticas adotadas, a condição sócio-econômica da população, as condições do trabalho docente, a infraestrutura das escolas, dentre outros. Todavia, perspectiva-se a melhoria da qualidade da educação a partir do empenhamento de esforços para superar tais obstáculos.

Durante a pesquisa foi possível verificar que o tempo que o Assistente de Alfabetização fica em sala de aula com os alunos é muito pouco, considerando as dificuldades que são apresentadas. Certamente este é um ponto a ser revisto para melhoramento do Programa, bem como a questão do trabalho voluntário desse agente, considerando que para tal função exige-se um profissional licenciado ou um estudante em fase de conclusão de curso.

São perceptíveis alguns limites encontrados no Programa, entretanto, ainda assim o PMALFA contribui com o trabalho do professor alfabetizador de modo a

ajuda-lo a realizar atividades diferenciadas, visando a apropriação das habilidades de leitura, escrita e cálculo por parte dos alunos. Fomentando, portanto, ainda mais a oportunidade de aprender, de aguçar o senso crítico e de buscar novos desafios para as crianças nas classes de alfabetização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Mais Alfabetização. Manual Operacional do Sistema de Orientação Pedagógica e Monitoramento**. Brasília: MEC/SEF, 2018a. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85691-manual-operacional-pmalfa-final/file>>. Acesso em: 06 de Novembro de 2019.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, MEC/SEF, 2018b. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 08 de Junho de 2019.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>>. Acesso em: 06 de Novembro de 2019.

_____. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização. Caderno de Apresentação / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2015.

_____. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>. Acesso em: 06 de Novembro de 2019.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

GADOTTI, Moacir. A escola como um lugar especial. In: GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor : Paulo Freire e a paixão de ensinar**. São Paulo: Publisher Brasil, 2007, p. 11-14.

GHIRALDELLI Junior, Paulo. **História da Educação Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Disponível em:

<<http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/25064142>>. Acesso em: 18 de Novembro de 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Amostra Educação. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22469>>. Acesso em: 06 de Novembro de 2019.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 18 de Novembro de 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

Ministério da Educação – MEC. Disponível em: <<https://www.mec.gov.br/>> Acesso em: 06 de Novembro de 2019.

MORTATTI, Maria do Rosário L. **Os sentidos da alfabetização**: São Paulo – 1876/1994. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

_____. História dos métodos de alfabetização no Brasil. Conferência proferida durante o **Seminário "Alfabetização e letramento em debate"**, promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, realizado em Brasília, em 27/04/2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf>. Acesso em: 23 de Agosto de 2019.

_____. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação** v.15 n. 44 maio/agosto 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a09.pdf>>. Acesso em: 23 de Agosto de 2019.

SALVINO, Francisca Pereira e ROCHA, Vagda G. G. Sentidos de “Educação Integral” nos Meandros do Programa Mais Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 3, p. 684-714, set./dez. 2015. ISSN 1645-1384. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss3articles/salvino-rocha.pdf>>. Acesso em: 02 de Dezembro de 2019.

SAVIANI, Dermeval. A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da ideia. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**: da formação à ação. São Paulo: Cortez, 2002.

SOARES, Magda. A reinvenção da Alfabetização. **Presença Pedagógica**. v.9 n.52 jul./ago. 2003. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/programa_aceleracao_e_estudos/reivencao_alfabetizacao.pdf>. Acesso em: 06 de Novembro de 2019.

_____. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2018.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2ª ed. Porto Alegre: Bookmam. 2001.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Senhor da minha vida, por ter me dado força e coragem para seguir em toda essa caminhada, não foi fácil, mas a todo o tempo senti sua presença guiando meus passos e ajudando-me a não desistir, mesmo quando tudo apontava para isso.

À minha mãe, Maria do Socorro, a senhora foi fundamental para que eu pudesse retornar ao curso, cuidando de minha filha de maneira incondicional em todos os momentos que precisei, sem nunca reclamar, ao contrário, me apoiando e rezando a Deus para que eu conseguisse concluir o curso. Ao meu pai, Francisco, por ter sabido me educar e ter me direcionado pelo caminho do bem.

Às minhas irmãs, Nininha, Patrícia, Maria e Fabrícia pela ajuda em tudo o que precisei, vocês foram indispensáveis para que eu chegasse até aqui.

À minha filha, Maria Isabela, que mesmo tão pequena soube compreender os momentos em que estive ausente, me recebendo sempre com um: “mamãe a senhora chegou!”.

Ao meu esposo, Kelson Ricardo, pelo apoio, dedicação e cumplicidade ao longo desses quatro anos, sempre ao meu lado me incentivando e ajudando em tudo o que podia, compartilhando comigo alegrias e angústias.

À minha orientadora, Vagda Gutemberg Rocha, pela disposição em me aceitar como orientanda, estando sempre com uma palavra de apoio e incentivo quando nos encontrávamos, e por conduzir com paciência os conhecimentos necessários para a conclusão deste trabalho.

Às amigas de curso, Juliana, Jucyanne e Maria da Piedade, pessoas maravilhosas que tive o prazer de conhecer, com as quais compartilhei momentos de muita alegria e preocupações ao longo dessa caminhada, obrigada por me apoiarem e estarem sempre comigo, meninas.

À Larissa, pelos momentos de amizade, pelo companheirismo e apoio em tudo. À Maria Trajano, com quem passei a ter mais proximidade nessa fase final do curso, e que se mostrou uma pessoa amiga e disposta a me ajudar sempre que precisei.

A vocês meu muito obrigada!